



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000354081

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2042254-80.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante WALLACY FRANCA DO NASCIMENTO,, são agravados BANCO DO BRASIL S/A, ITAÚ UNIBANCO S/A e BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 18ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ISRAEL GÓES DOS ANJOS (Presidente) E SERGIO GOMES.

São Paulo, 9 de abril de 2025.

ERNANI DESCO FILHO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 8949

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2042254-80.2025.8.26.0000

AGRAVANTE: WALLACY FRANCA DO NASCIMENTO

AGRAVADO: BANCO DO BRASIL S. A. E OUTROS

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de repactuação de dívidas.

GRATUIDADE DE JUSTIÇA. Benefício destinado àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos. Previsão constitucional acerca do tema. Necessidade de análise criteriosa para se evitar ônus aos cofres públicos. Hipossuficiência reconhecida no caso concreto. RECURSO PROVIDO.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão (fl. 95 dos autos de origem) proferida na ação de repactuação de dívidas pela qual indeferida a gratuidade de justiça.

Sustenta a agravante, em síntese: *i)* seu salário líquido, após os descontos obrigatórios é de R\$ 10.074,83; *ii)* os encargos financeiros mensais dos contratos firmados com os recorridos alcançam R\$ 21.758,88; *iii)* o valor das custas alcança R\$ 7.177,59.

Em cognição inicial (fls. 13/14), concedi o efeito suspensivo e dispensei a intimação da parte agravada.

É o Relatório.

Impossível olvidar que a Constituição Federal de 1988, no art. 5º, inciso LXXIV, foi clara ao estabelecer a necessidade de comprovar a insuficiência de recursos para a concessão da benesse. Logo, indiscutível que a declaração de hipossuficiência possui presunção relativa, motivo pelo qual recai sobre a parte o

onus probandi acerca da veracidade: “Nos termos da jurisprudência desta Corte, a presunção de veracidade da condição de hipossuficiência do postulante da assistência judiciária gratuita é relativa, e não absoluta, podendo ser afastada com lastro em outros elementos” (AgInt no AREsp n. 1.484.835/SP, Rel. Min. Marco Buzzi, 4ª T. STJ, DJe de 11/11/2019).

Também é digno de nota que a atividade judicante permite observar que, em muitas vezes, a assistência judiciária gratuita é vindicada para evitar o pagamento das custas permitindo a litigância sem qualquer risco ou possíveis prejuízos àquela parte que a solicita. Referido proceder onera toda a sociedade, pois tais despesas possuem natureza jurídica de taxa (Lei Estadual 11.608/2003).

Cediço que “verifica-se que a materialidade do fato gerador da taxa (hipótese de incidência) é sempre um fato produzido pelo Estado (serviço público ou um ato de polícia) em prol do administrado, ou seja, um fato realizado pelo Estado diretamente relacionado (vinculado) ao contribuinte”, escólio de Claudio Carneiro, Curso de Direito Tributário e Financeiro, 9ª ed., Saraiva, p. 269. Assim, a indevida concessão de assistência judiciária gratuita acarreta, de forma concreta, a prestação de serviços pelo Estado sem a contrapartida pecuniária estabelecida em lei.

Ressalte-se que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional – Loman (Lei Complementar 35/1979) – estabeleceu no art. 35, inciso VII, que é dever de todo Magistrado “exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes”.

A Egrégia Presidência desta Corte Bandeirante e o Numopede, na mesma esteira do sobredito, têm exortado a necessidade de análise criteriosa quanto à concessão da assistência judiciária gratuita, para evitar ônus aos cofres públicos, consistente na indevida supressão de pagamento da taxa judiciária.

No caso em questão, verifica-se que o agravante é servidor público federal e seus rendimentos líquidos, após descontos obrigatórios, alcançam valor



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

superior a R\$ 10.000,00, o que a princípio afastaria a alegação de hipossuficiência.

Contudo, o autor demonstrou ter diversos empréstimos pessoais consignados e não consignados, cujas parcelas são superiores aos seus próprios rendimentos.

Ademais, o objeto da ação é justamente a revisão dos contratos em razão da alegação de superendividamento. Esses dados permitem a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência, de modo que é cabível o deferimento da justiça gratuita na hipótese.

Ante o exposto, pelo meu voto, **DOU PROVIMENTO AO RECURSO.**

ERNANI DESCO FILHO
RELATOR